

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CAROLINE APARECIDA KOCIAN

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL**

LAGES  
2019

CAROLINE APARECIDA KOCIAN

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário UNIFACVEST como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Me. Ceniro Ferreira de Sousa

LAGES  
2019

CAROLINE APARECIDA KOCIAN

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário UNIFACVEST como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Me. Ceniro Ferreira de Sousa

Lages, SC \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019. Nota \_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador

---

Ceniro Ferreira de Sousa  
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

LAGES  
2019

# IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL

Caroline Aparecida Kocian <sup>1</sup>

Ceniro Ferreira de Sousa <sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo central deste estudo foi apresentar e facilitar o entendimento sobre o projeto E-Social, buscando evidenciar os desafios e oportunidades encontradas durante todo o processo de implantação do projeto considerado um banco de dados revolucionário. A metodologia utilizada para conceituar o tema proposto e suas finalidades, se deu mediante pesquisas bibliográficas atualizadas, um estudo de caso realizado através de pesquisa quantitativa e qualitativa, com o objetivo de analisar as adaptações internas e externas organizadas por escritórios contábeis de uma determinada região para a implementação do projeto. Verificou-se a partir do estudo aplicado que um percentual considerável dos entrevistados realizou a preparação e capacitação de sua equipe para a implantação do projeto, e que os mesmos têm expectativas otimistas sobre a efetivação da obrigatoriedade do E-Social.

Palavras Chave: Implantação. Departamento pessoal. Escrituração Fiscal Digital.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, no Centro Universitário UNIFACVEST.

## **E-SOCIAL IMPLANTATION**

Caroline Aparecida Kocian <sup>1</sup>

Ceniro Ferreira de Sousa <sup>2</sup>

### **ABSTRACT**

The main objective of this study was to present and facilitate the understanding of the E-Social project, seeking to highlight the challenges and opportunities found throughout the project implementation process considered a revolutionary database. The methodology used to conceptualize the proposed theme and its purposes was based on updated bibliographic research, a case study carried out through quantitative and qualitative research, with the objective of analyzing the internal and external adaptations organized by accounting firms in a given region. project implementation. It was found from the applied study that a considerable percentage of respondents performed the preparation and training of their team for the implementation of the project, and that they have optimistic expectations about the effectiveness of the E-Social obligation.

Keywords: Deployment. Personal department. Digital Tax Bookkeeping.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, no Centro Universitário UNIFACVEST.

## SÚMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1. Justificativa.....	6
1.2. Objetivo.....	6
1.2.1 Objetivo Geral .....	6
1.2.2 Objetivos Específicos .....	6
1.3 Metodologia.....	7
<b>2. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)</b> .....	8
<b>3. IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL</b> .....	9
3.1. Conhecendo o E-Social.....	9
3.2. Etapas para Implantação .....	10
<b>4. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS (EFD-REINF)</b> .....	12
<b>5. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS E DE OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS (DCTFWEB)</b> .....	13
<b>6. ESTUDO DE CASO</b> .....	14
6.1. Análise do estudo de caso .....	16
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	18
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	19

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as principais atividades realizadas através desse novo instrumento de transmissão fiscal, também conhecido como SPED TRABALHISTA (Sistema Público de Escrituração Digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas), criado em uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social e Ministério do Trabalho.

É uma pesquisa que busca evidenciar as relações entre diversos módulos integrantes do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), conceituando e justificando suas finalidades para possibilitar maior compreensão sobre o projeto.

Através deste também se tornou possível a identificação das dificuldades enfrentadas pelas empresas de segmento contábil na preparação de informações transmitidas desde o início do período de implantação. Enfatizando a importância de manter os dados atualizados, e quando necessária à realização de capacitação dos gestores responsáveis pela transmissão de informações ao E-Social.

### 1.1. Justificativa

Conforme definido no decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014, o E-Social é uma ação conjunta entre instituições federais que promove uma completa mudança comportamental na gestão das informações das empresas alterando o processo de fiscalização. A partir de janeiro de 2019 tornou-se obrigatória a sua utilização por todas as empresas que possuem obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

### 1.2. Objetivo

#### 1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar o E-Social e facilitar o entendimento sobre o projeto.

#### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais dificuldades na adaptação para a implantação do E-Social;

- Mensurar os pontos positivos e negativos do processo através de um estudo de caso diretamente relacionado com o desenvolvimento do projeto.

### 1.3. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas referências bibliográficas, tendo como um dos objetivos evidenciar a opinião de diferentes autores, relacionando suas ideias principais com o intuito de auxiliar a compreensão ao projeto mencionado no trabalho. Também foi necessária para a fundamentação teórica a utilização da legislação que determina a aplicação do projeto. No decorrer do trabalho mostrou-se de extrema importância a realização de um estudo de caso, elaborado através de questionário encaminhado para os respondentes via e-mail, no qual se acompanhou a adaptação de quatro escritórios contábeis, através de uma pesquisa descritiva tornando possível desta forma, a mensuração dos desafios e oportunidades encontradas. Assim finalizando com uma avaliação geral do estudo.



## **2. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)**

O sistema foi instituído em 2007, e é considerado um avanço nas relações entre o fisco e seus contribuintes, pois promove a atuação integrada. Através dele é possível a transmissão e unificação de dados contábeis e fiscais.

Segundo o site da Receita Federal o SPED consiste:

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (RFB, 2007, p.01).

Desta forma, traz para o formato digital os livros de escrituração contábil e fiscal, facilitando os processos, tornando as atividades menos repetitivas e favorecendo de maneira significativa a ação do fisco sobre seus contribuintes.

O SPED veio para modernizar as obrigações transmitidas ao governo, sendo um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias. (DECRETO 6.022 DE 2007)

O principal objetivo do SPED é dinamizar a transmissão de informações contábeis ao fisco, visando maior qualidade e agilidade na entrega de tais informações.

De acordo com dados do site da Receita Federal o SPED é composto por cinco grandes subprojetos, são eles: Nota fiscal eletrônica (NF-E), conhecimentos de transporte eletrônico (CT-E), escrituração contábil digital (ECD), escrituração fiscal digital (EFD) e nota fiscal de serviço (NFS-E).

### 3. IMPLANTAÇÃO E-SOCIAL

#### 3.1. Conhecendo o E-Social

Considerado um “SPED Trabalhista”, o E-Social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas), visa padronizar e unificar as transmissões fiscais relativas aos trabalhadores diretamente em um banco de dados do governo, ou seja, não é mais o auditor fiscal que vai até o contribuinte em busca das informações e documentos. Agora é a empresa que vai até o órgão de fiscalização quando transmite os seus arquivos digitais via SPED, cujo canal de comunicação para as questões trabalhistas e previdenciárias é o E-Social, tendo como um de seus principais objetivos simplificar a relação entre a Receita Federal e os contribuintes.

O E-Social é a escrituração digital da folha de pagamento, e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. É o maior e mais complexo projeto do SPED, sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições, como o Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social. (REICHERT, 2015, p.06)

O departamento pessoal abrange uma grande esfera de documentação que tem o prazo elevado para permanecerem arquivadas, o que impossibilita a garantia de veracidade e segurança dos dados contidos nas mesmas.

De acordo com o governo federal, pode-se dizer que o projeto traz para o formato digital as informações que estariam registradas em ambientes ou materiais frágeis, como livros de papel. Dessa forma passam a ser armazenados em um único banco de dados, público, seguro e sem custos para as empresas.

A implantação do eSocial viabilizará garantia aos diretos previdenciários e trabalhistas, racionalizará e simplificará o cumprimento de obrigações, eliminará a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, e aprimorará a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias. A legislação prevê ainda tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. (Art. 3º Decreto nº 8.373/2014).

O principal objetivo do projeto é modernizar e simplificar os processos trabalhistas e previdenciários transmitidos aos órgãos competentes, bem como garantir o cumprimento da legislação vigente, buscando atingir maior eficiência na fiscalização.

Mesmo com todas as possíveis vantagens que trará, o E-Social ainda não convenceu a todo o público envolvido:

O e-Social está se tornando é uma dor de cabeça para as empresas. As dúvidas sobre os pontos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (nome oficial) são cada vez mais frequentes, principalmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. O e-Social promete vir para garantir o cumprimento das leis ao pé da letra, o que, em meio às políticas empresariais que possibilitam acordos e flexibilidades, pode representar alterações profundas. (MELLO, 2014, p.01).

Não se pode negar que o E-Social tem deixado muitos profissionais apreensivos com sua execução devido à complexidade do projeto e também a falta de um cronograma definitivo, já que em meio a todo o processo de implantação o projeto já passou por várias alterações e até o presente momento não se encontra estabilizado. Porém, realizando uma análise a longo prazo, torna-se possível o entendimento de que os esforços desempenhados durante a implantação serão recompensados, pois o projeto irá agregar de maneira significativa aos processos relacionados.

Esse sistema, segundo Borges (2013, p.106) visa informatizar e aproximar o fisco com os contribuintes, integrar os fiscos e uniformizar a coleta de dados contábeis.

### 3.2.Etapas para Implantação

Seguindo o cronograma disponibilizado e atualizado pela Portaria nº 716, de 4 de julho de 2019 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, para as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões, a implantação do E-Social teve início em janeiro de 2018, sendo o 1º grupo do projeto.

As demais empresas privadas foram subdivididas novamente em dois grupos um para as entidades empresariais não optantes pelo Simples Nacional com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78 milhões, iniciando a implantação em julho de 2018, denominadas como 2º grupo. O 3º grupo está composto pelas entidades optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto empregadores domésticos) e entidades sem fins lucrativos, incluindo o microempreendedor individual, estes deram início a efetivação do projeto em janeiro de 2019.

Empresas constituídas após essa data com opção pelo Simples Nacional também entram no 3º grupo. Os órgãos públicos estão escalados para entrar no projeto a partir de janeiro de 2020.

#### **4. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS (EFD-REINF)**

A EFD-Reinf foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1701 de 14 de março de 2017, é um módulo do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que consiste na retenção de contribuições calculadas sobre a receita bruta, sua finalidade é a substituição do módulo EFD-Contribuições.

De acordo com a Receita Federal, as informações prestadas dentro da EFD-Reinf devem estar associadas:

- Aos serviços tomados /prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada;
- Às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas;
- Aos recursos recebidos ou repassados para associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional;
- À comercialização da produção e à apuração da contribuição previdenciária substituída pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica;
- Às empresas que se sujeitam à CPRB (Cfe. Lei 12.546/2011);
- Às entidades promotoras de evento que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol profissional. (RFB, 2017, p.01).

A Receita Federal tem expectativas ambiciosas em relação à implantação da EFD-Reinf, almejando no decorrer do processo possibilitar a substituição de outras obrigações acessórias, mas desta vez relacionadas à folha de pagamento, como GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) e DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte).

Assim como se trata de um módulo complementar ao E-Social, também busca o mesmo objetivo que ele, estreitar a relação entre o fisco e contribuinte.

## **5. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS E DE OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS (DCTFWEB)**

Foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.787/2018 com intuito de substituir a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social), em um primeiro momento no que diz respeito às contribuições previdenciárias, desta forma haverá a substituição da GPS (Guia da Previdência Social) pela DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), que terá e até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador através da DCTFWeb.

A DCTFWeb será acessada em um portal na internet, via eCac da RFB que fica dentro da área “Serviços”. Após o encerramento da apuração, seja ela oriunda do eSocial e/ou da EFD-Reinf, a DCTFWeb recebe essas informações e gera uma declaração, contendo os débitos (desconto de segurados, contribuição patronal e para outras entidades e fundos, etc.) e os créditos (dedução de salário-família, salário-maternidade e de retenções sobre notas fiscais), consolidando todas essas informações e fazendo a apuração do saldo a pagar (débitos menos créditos). Após a transmissão da declaração será disponibilizada a emissão do DARF, que também será eletrônica e com código de barras. (RFB, 2018, p.01).

A DCTFWeb utiliza as bases informadas no fechamento mensal do E-Social e EFD-Reinf para consolidar os dados através do Portal eCac, confirmando o envio da declaração mediante assinatura digital, e assim permitindo a impressão da DARF quando houver débitos em aberto. Desta maneira possibilita a transmissão da declaração com mais facilidade e agilidade, já que as informações necessárias são importadas de outros módulos automaticamente.

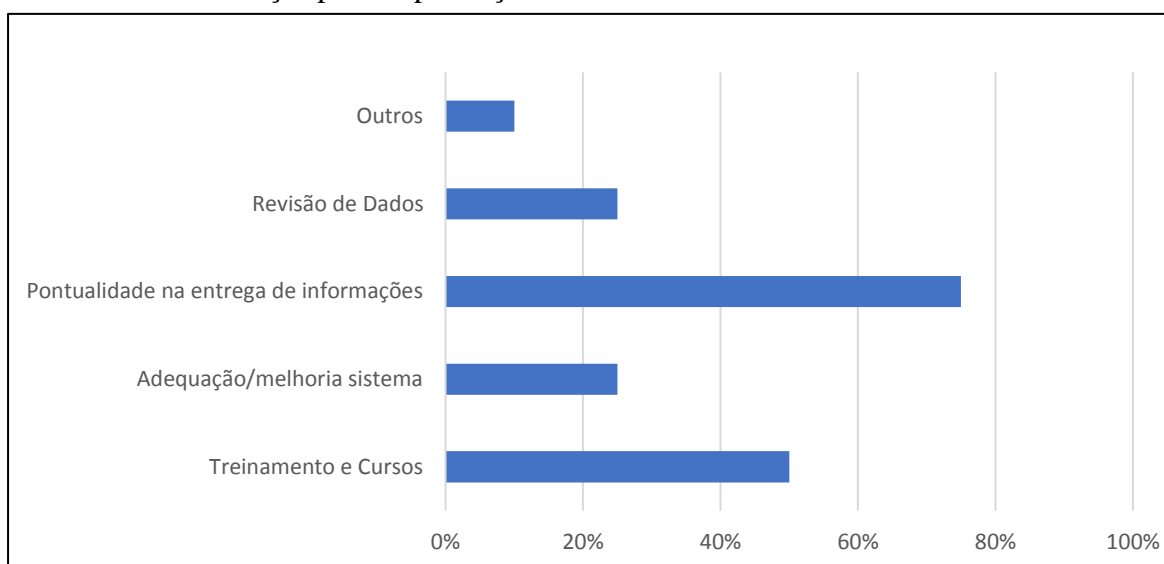
A compensação cruzada que visa cruzar os débitos e créditos previdenciários ou fazendários existentes com os órgãos participantes do E-Social, instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1810/2018, também deve ser realizada através do preenchimento da DCTFWeb. Por exemplo, um empregador tem créditos com a previdência social em função de salário maternidade pago pela empresa, porém possui débitos com a Receita Federal referente à impostos de qualquer natureza, a compensação cruzada tem a finalidade de excluir instantaneamente o direito e a obrigação.

## 6. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso realizou-se através de questionário encaminhado para os respondentes via e-mail, com o objetivo de acompanhar e comparar a adaptação de 4 (quatro) escritórios contábeis para o desenvolvimento da obrigatoriedade ao E-Social, sendo de suma importância para a mensuração dos desafios e oportunidades encontradas, visando estabelecer uma relação entre o profissional e a preparação para o projeto analisado.

O primeiro passo para dar início ao estudo foi o conhecimento sobre a quantidade de clientes de cada escritório. Em relação ao número de clientes que cada escritório possui, a pesquisa demonstrou que 50% têm entre 30 a 50 clientes, 25% possuem até 70 clientes. Os que possuem acima de 70 clientes, integram 25% dos entrevistados.

Gráfico 01 – Mudanças para implantação do E-Social nos escritórios.

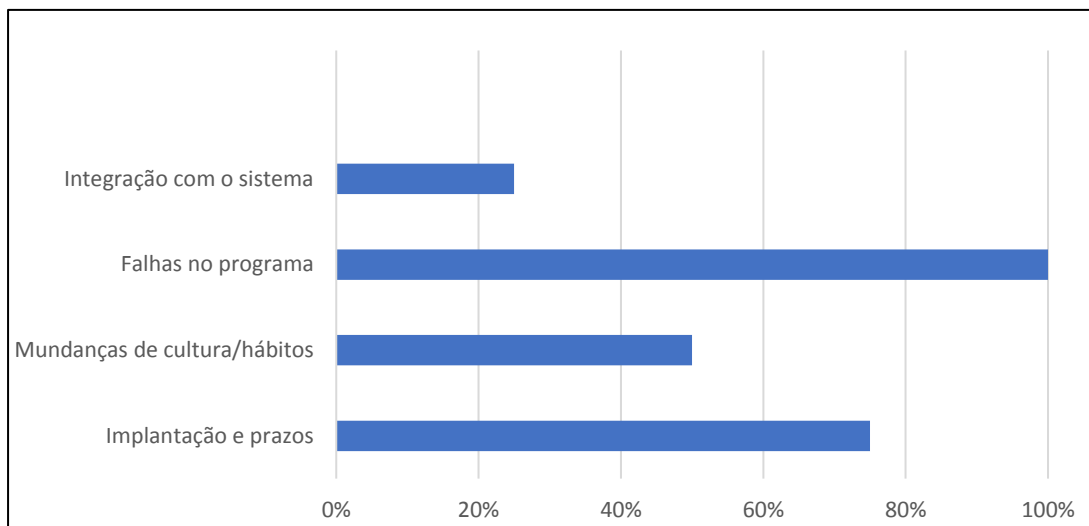


Fonte: Pesquisa Realizada em Curitiba/SC

Quanto as mudanças realizadas pelos escritórios contábeis na preparação para a implantação do E-Social, observa-se que 75% já cumprem os prazos estipulados pelo governo para a entrega de informações. E, 50% investiram na capacitação de seus funcionários e conscientização dos empregadores, sendo através de treinamentos e cursos oferecidos por empresas privadas ou associações empresariais, que tem apresentado um custo benefício vantajoso para os escritórios de contabilidade.

O trabalho realizado pelos profissionais da área, no que diz respeito as mudanças que devem ser feitas pelos empregadores mostram-se bem divididas. Sendo que 50% já orientaram seus clientes de alguma forma, mas os outros 50% encontraram dificuldades nas mudanças em sua gestão.

Gráfico 02 – Desafios Encontrados

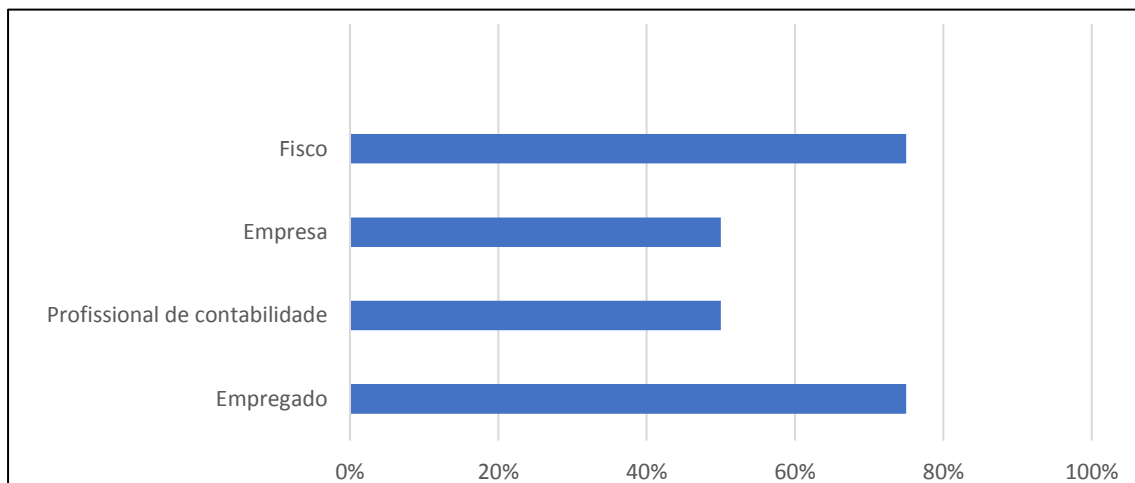


Fonte: Pesquisa Realizada em Curitiba/SC

Em relação aos desafios encontrados na implantação do projeto, observa-se com unanimidade que o maior desafio se deu por conta das falhas ocorridas no leiaute disponibilizado pelo Governo Federal para a transmissão dos eventos. Em seguida, com 75%, notou-se uma preocupação com a própria implantação e o cumprimento de prazos estabelecidos, pois gera um aumento na responsabilidade dos profissionais envolvidos no processo. A mudança de hábitos e costumes formados pelos clientes também demonstrou ser um impasse na efetivação do projeto.



Gráfico 03 – Benefícios do E-Social



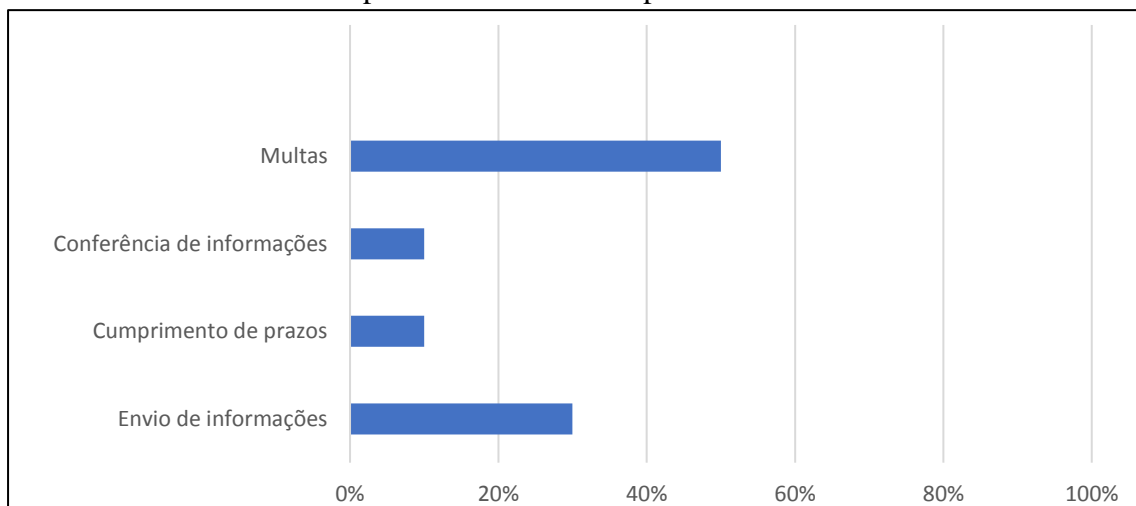
Fonte: Pesquisa Realizada em Curitiba/SC

Para a maioria dos entrevistados os benefícios gerados pelo E-Social, serão tanto para o empregado, como também para a própria empresa e profissional atuante na área contábil. Tendo em vista que um dos principais objetivos do projeto seria unificar e facilitar, o trabalho do profissional responsável pela declaração das informações necessárias, isso inclui o empregador. Para o fisco o principal benefício seria o aumento da arrecadação de tributos e multas relativas a irregularidades trabalhistas de acordo com a legislação vigente.

### 6.1. Análise do estudo de caso

Com base nas informações processadas através do estudo de caso, verificou-se que os profissionais contábeis buscaram atualizar-se sobre o projeto, sendo através de cursos, treinamentos e até mesmo reorganizando sua base de dados. Dessa forma foi possível identificar um aumento na responsabilidade dos envolvidos com o E-Social. Tendo em vista que, a partir da implantação o governo tem mais controle e eficiência na fiscalização, e conseqüentemente, maior arrecadação. Os empregadores estão sujeitos a multas eletrônicas, quando identificados descumprimentos das leis trabalhistas.

Gráfico 04 – Justificativas para o aumento de responsabilidade



Fonte: Pesquisa Realizada em Curitiba/SC

O projeto também busca garantir os direitos trabalhistas e previdenciários devido aos trabalhadores, como está na Consolidação das Leis Trabalhistas, tendo em vista que muitos trabalhadores desconhecem seus direitos descritos na Legislação Trabalhista vigente e devido a essa realidade podem vir a ser prejudicados.

Para os profissionais e empregadores diretamente relacionados ao E-Social também há vantagem, se tratando da simplificação, através da unificação dos processos necessários para a prestação de informações ao fisco. O E-Social busca facilitar os processos realizados pelo departamento pessoal, já que visa a centralização na realização das obrigações tanto principais quanto acessórias direcionadas ao fisco. Objetivando também a redução de papéis armazenados nos escritórios contábeis e uma maior organização deste departamento.

Porém, nota-se que há uma barreira significativa em relação ao cumprimento das obrigações e a eficiência do programa disponibilizado, já que o mesmo apresenta falhas técnicas que impedem a transmissão das informações em tempo real e a execução dos prazos estabelecidos no leiaute.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O E-Social é um projeto inovador que faz parte do âmbito dos sistemas públicos de escriturações digitais, através deste estudo buscou-se identificar os principais desafios e oportunidades encontrados na implantação. Verificou-se que o maior desafio encontrado vem sendo as falhas técnicas existentes no programa que além de impedir a eficiência na execução dos processos, também está dificultando o entendimento sobre o projeto já que o mesmo apresenta recusas de eventos sem embasamento legal que justifique o acontecimento.

A partir do estudo realizado concluiu-se que o projeto exige mais dos profissionais contábeis, incluindo uma maior atenção aos prazos estipulados e normas regulamentadas, além de todo o conhecimento necessário sobre as etapas estabelecidas para a implantação. Notou-se uma grande dificuldade na conscientização dos clientes para a real importância do cumprimento aos prazos estabelecidos e exigências do programa.

Pôde-se observar também o retorno positivo que o E-Social trará aos esforços desempenhados para a sua implementação, dando mais agilidade, segurança e facilidade aos processos do departamento pessoal. Como já mencionado anteriormente, o projeto seria de grande ajuda aos profissionais diretamente relacionados a ele, se realmente atendesse as expectativas e houvesse um leiaute mais simplificado para envio das informações.

O estudo realizado mostrou-se de fundamental importância para o entendimento e sucesso na aplicação das etapas definidas pelo governo federal.

## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm)>.

Acesso em: 31 de outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm)>. Acesso

em: 20 de outubro de 2019.

BORGES, Crislaine Fidelis; SOARES, Adeilson Barbosa; MARTINS, Vidigal Fernandes. **Sistema Público de Escrituração Digital - Sped:** Desafios e Benefícios para os Profissionais Contábeis do Município de Uberlândia. Linkania Revista Científica, Edição 7, volume 1, artigo nº 6, Setembro/Dezembro de 2013, p. 106-133.

E-SOCIAL, **Manual de Orientação.** Disponível em:

<<https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

E-SOCIAL, **Portal.** Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>.

Acesso em: 31 de outubro de 2019.

E-SOCIAL, **Portal.** Disponível em:

<<http://portal.esocial.gov.br/institucional/legislacao/portaria-no-716-de-4-de-julho-de-2019.pdf/view>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

MELLO, Roberta. **Tudo o que você quer saber sobre o eSocial. Jornal do Comércio.** Notícia da edição impressa de 14/05/2014. Disponível em:

<<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=161604>>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **Compensação Tributária.** Disponível em:

<<http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/junho/receita-federal-regulamenta-a-compensacao-tributaria>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **DCTFWeb**. Disponível em:

<<http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/fevereiro/receita-federal-divulga-regras-relativas-a-dctfweb>>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **EFD-Reinf**. Disponível em:

<<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**.

Disponível em: < <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

REICHERT, N. S. **Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritório de Contabilidade**. 2015. p.06. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Regional Unijuí, 2015.